



TCEMG é pioneiro em capacitação internacional

Tribunal mineiro sediou primeiro treinamento em nova ferramenta de auditoria para países de língua portuguesa

Encontros técnicos sobre ano eleitoral percorrem o Estado

Auditorias Operacionais contribuem com melhoria do Meio Ambiente

**05 de agosto
de 2014**

**Palestra do Conselheiro Cláudio
Couto Terrão; Cursos de Ouvidoria
e Corregedoria; Eleição da nova
diretoria do CCOR.**

**O XIII ECCOR FAZ PARTE DA PROGRAMAÇÃO
DO IV ENCONTRO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**

Editorial

Auditoria Operacional como ferramenta administrativa

A atual gestão do TCEMG, sob a presidência da Conselheira Adriene Barbosa de Faria Andrade – primeira mulher a ocupar o cargo – optou por destacar a atuação preventiva como uma marca administrativa.

Valoriza-se a tese de evitar o problema antes que ele aconteça, fazendo o trabalho de prevenção por meio da preparação dos servidores e gestores públicos, que se alinha aos avanços de equipamentos e sistemas para melhor organizar o complexo da gestão pública. Quanto mais eficiente os controles – externo e interno – maior será a base informacional que fundamenta a tomada de decisões.

Nesse contexto, cai como luva o investimento em auditorias operacionais, que são estudos amplos e profundos com a finalidade de avaliar o desempenho do Poder Público em uma atividade específica, escolhida a partir de sua relevância social. Basicamente, é uma atividade temática: escolhe-se um assunto relevante para a administração pública e pesquisa-se a atuação dos vários órgãos governamentais que atuam no setor. O trabalho se completa com a emissão de uma conclusão crítica, caracterizada por recomendações de melhorias.

A ampla abrangência da análise a partir de um tema permite a interpretação global do sistema em foco, trazendo subsídios para o trabalho administrativo dos gestores responsáveis e a disponibilização de informações para o cidadão brasileiro. Pela sua natureza, as auditorias operacionais são mais abertas a julgamentos e interpretações e seus relatórios, consequentemente, são mais analíticos e argumentativos.

Este foi o procedimento da recente auditoria operacional que recomenda melhorias na gestão das Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPIs). O Tribunal enumerou 18 recomendações aos órgãos estaduais envolvidos na questão.

Um trabalho que começa a se tornar rotineiro; antes dele o TCE auditou os temas educação (Programa de Desenvolvimento Profissional do Educador – PDP), saúde (Programa Saúde da Família – PSF), saneamento básico (Programa Saneamento Básico: mais saúde para todos), além dos programas Travessia, Farmácia de Minas e na Copasa (Copanor).

Em todos os casos, prevaleceu a ideia de escolher um tema importante, analisar os aspectos importantes relacionados às atribuições constitucionais do Tribunal, concluir com um conjunto de sugestões de melhorias e chegar ao objetivo final de contribuir para a prevenção de prejuízos aos interesses da população.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Presidente

Conselheira Adriene Barbosa de Faria Andrade

Vice-Presidente

Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Corregedor

Conselheiro Cláudio Couto Terrão

Conselheiros

Wanderley Geraldo de Ávila
Mauri José Torres Duarte (Ouvidor)
José Alves Viana
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Conselheiros Substitutos

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador-Geral

Daniel de Carvalho Guimarães

Subprocurador -Geral

Elke Andrade Soares de Moura Silva

Procuradores

Maria Cecília Mendes Borges
Glaydson Santo Soprani Massaria
Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
Marcílio Barenco Correa de Mello
Cristina Andrade Melo

Chefe de Gabinete da Presidência

Bernadete Carvalho Soares de Aguiar

Secretária Executiva

Júnia Bretas Leôncio Gonçalves

Expediente



Diretoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Diretor

Lúcio Braga Guimarães
Jorn. Mtb n. 3422 - DRT/MG

Editor Responsável

Luiz Cláudio Diniz Mendes
Jorn. Mtb n. 0473 - DRT/MG

Redação

Márcio de Ávila Rodrigues
Raquel Campolina Moraes
João Manuel Lopes de Cerqueira
Thiago Rios Gomes
Karina Camargos Coutinho

Revisão

Dionne Emília Simões do Lago Gonçalves

Projeto Gráfico

Assessoria de Publicidade e Marketing Institucional

Diagramação

Márcio Wander Moura Ferreira
MG-00185 DG - DRT/MG

Fotos

Arquivo TCEMG

Impressão

Rona Editora

Tiragem

4.000 exemplares

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabáglia, 1.315 - CEP: 30380-435
Luxemburgo - Belo Horizonte/MG
Fones: (31) 3348-2147 / 3348-2177 - Fax: (31) 3348-2253
e-mail: TCEMG@tce.mg.gov.br - Site: www.tce.mg.gov.br

Índice

- 6 *Entrevista*
- 8 *TCE mineiro sedia 1ª Capacitação Internacional dos Tribunais de Contas*
- 10 *Comissão internacional visita a Cidade Administrativa*
- 11 *Tribunal celebra acordo com órgãos de controle internacionais*
- 12 *Tribunal abre série de Encontros Técnicos em Uberlândia*
- 13 *Prefeito elogia ação regionalizada do TCEMG no Circuito das Águas*
- 14 *Encontro sobre gestão em ano eleitoral é sucesso de público em Montes Claros*
- 15 *Vice-Presidente participa de debate do Fomenta Minas*
- 16 *Tribunal ajuda na preparação de novos técnicos municipais*
- 17 *Entidades já podem receber certidões pela internet*
- 18 *TCE recomenda melhorias nas unidades de conservação do Estado*
- 19 *Conselheiros apreciam processo de monitoramento da Copasa*
- 20 *Panorama - Decisões das Câmaras*
- 22 *Debate sobre a nova Lei dos Resíduos Sólidos lota auditório*
- 23 *A judicialização da saúde é tema do Ponto de Expressão*
- 24 **Extrapauta**
 - *Tribunal de Contas de Minas colabora com o fomento das políticas públicas*
 - *Presidente do IRB faz palestra em Conferência Nacional da Unale*
 - *TCEMG e TCE-RO realizam intercâmbio de informações na área de TI*
- 26 *TCE e IRB assinaram Termo de Cooperação*

Entrevista

Uma contabilidade feita para a nova sociedade

O princípio constitucional da eficiência e a Lei de Responsabilidade Fiscal, normas historicamente recentes no País, exigiram dos administradores públicos novas responsabilidades no trato da coisa pública. Nesse contexto, a chamada Nova Contabilidade Pública vem se consolidando como resposta às necessidades atuais da sociedade, sobretudo ao clamor por mais rigor e mais transparência nas ações públicas. O Coordenador de Contabilidade do Tribunal de Contas do Estado (TCMG), Geraldo Paulino da Silva, foi entrevistado por Contas de Minas para falar sobre esse tema. Segundo o especialista, “a contabilidade tem que fornecer informações que efetivamente permitam verificar se, de fato, está havendo obediência ao princípio constitucional da eficiência e, ao mesmo tempo, fornecer informações transparentes à sociedade, informações que reflitam a realidade do patrimônio público”, explicou.

Como surgiu a Nova Contabilidade Pública?

O processo de mudanças começou nos anos de 2007 e 2008, quando foram realizados encontros promovidos pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para discutir as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Também nessa época foram constituídos grupos técnicos sob a liderança da STN, com ampla participação da sociedade, por meio de representantes de diversas entidades, entre elas, os tribunais de contas. O TCEMG participa, desde então, por meio do Instituto Rui Barbosa, do Grupo Técnico de Contabilidade - GT-CON. Posteriormente passou a enviar

representantes para participar também das reuniões promovidas por outros grupos técnicos, como o Grupo Técnico de Relatórios - GT-REL e o Grupo Técnico de Sistemas - GT-SIS. Todos esses grupos, de caráter eminentemente técnico, têm representantes de todo o Brasil.

Quais as principais mudanças na Contabilidade Pública?

A principal mudança está no enfoque do patrimônio, aqui entendido, de maneira simples, como o conjunto de bens, direitos e obrigações do Estado, em sentido amplo, ou seja, do Município, do Estado, da União, de todos os órgãos da administração pública,



“É imprescindível haver vontade política, determinação, conscientização de que as mudanças são pertinentes e virão em benefício da Administração e da própria sociedade.”



de todos os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ocorre que a contabilidade pública se limitava às questões orçamentárias e financeiras, ou seja, fazíamos uma contabilidade orçamentária, registrando despesas no momento do empenho e receitas no momento da arrecadação. Anteriormente as despesas incorridas e as receitas auferidas, ou seja, aquelas cujo fato gerador já ocorreu não estavam, de modo geral, sendo objeto de registro na contabilidade. Traduzindo, uma vez ocorrido determinado fato que origine uma despesa ou uma receita, ele tem que ser registrado, independentemente das informações de natureza orçamentária. Ou seja, passamos a focar o patrimônio e suas variações, sem deixar de dar a devida atenção ao orçamento, que continua sendo, até por imposição legal, peça importante para a gestão da Administração Pública.

Quais outras novidades devem ser ressaltadas?

Outra mudança importante refere-se à padronização de informações, com a adoção de um mesmo plano de contas por todos os entes da federação. Assim, falaremos uma única língua, o que facilitará e agregará valor ao processo de consolidação das contas, em todos os níveis, seja no âmbito do Município, do Estado, da União ou mesmo das contas nacionais, que resultam no Balanço do Setor Público Nacional. Falaremos, inclusive, guardadas as especificidades brasileiras decorrentes de nossa legislação, a mesma língua utilizada internacionalmente, já que há um movimento mundial de adoção das chamadas *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, ou seja, das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Outro aspecto, ainda, refere-se às novas demonstrações contábeis criadas, como a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas. Chamo a atenção para essas últimas, já que envolvem, sobremaneira, uma mudança de postura do próprio profissional da contabilidade pública, que passa a ter que elaborar relatórios descritivos, explicando e complementando as informações constantes das demonstrações contábeis, em uma linguagem que seja entendida por todos sem perda da qualidade e da essência da informação.

“Tudo isso vai levar a um maior grau de confiabilidade das informações, mais transparência para o cidadão e uma melhoria da eficiência do setor público.”

Que tipos de vantagens as novas regras proporcionam para os cidadãos?

Tudo isso vai levar a um maior grau de confiabilidade das informações, mais transparência para o cidadão e uma melhoria da eficiência do setor público. Então eles ganham, e muito, na medida em que passam a ter acesso a informações de melhor qualidade, a ter melhores condições de avaliar o desempenho dos seus governantes e, na medida em que passam a saber efetivamente como estão sendo empregados os tributos que pagam, seja a curto, médio e a longo prazo, os cidadãos passam a ter mais clareza quanto aos riscos fiscais que poderão afetar as gerações futuras, o que poderá levar a uma maior participação no processo de planejamento de médio e longo prazos, seja, por meio de pressão política junto aos membros do Legislativo, seja por meio de entidades representativas no âmbito do Poder Executivo. Assim, os instrumentos de planejamento e orçamento poderão vir a traduzir, de forma mais realista, aquilo que deseja a sociedade. O Brasil terá melhores condições de se projetar internacionalmente e fazer com que haja uma canalização de recursos de longo prazo para investimentos. Lembro que o investidor, seja interno ou externo, quer ter garantias de rentabilidade e de retorno. Com a implantação das mudanças as informações serão muito mais confiáveis, comparáveis e fidedignas.

Como os órgãos e entidades públicos devem agir diante do novo cenário?

É necessário que haja comprometimento dos dirigentes. Ou seja, de início, é imprescindível haver vontade política, determinação, conscientização de que as mudanças são pertinentes e virão em benefício da Administração e da própria sociedade. É preciso quebrar paradigmas, abolir práticas arraigadas em costumes, resgatar efetivamente o papel da contabilidade, de forma a possibilitar a geração de informações patrimoniais consistentes e confiáveis. Posteriormente, é necessário fundamentalmente ter uma equipe de profissionais preparados para a implantação dessas mudanças e ainda dotar a Administração das ferramentas adequadas, particularmente aquelas relacionadas aos sistemas de Tecnologia da Informação. Portanto, é fundamental ter uma equipe qualificada e as ferramentas necessárias para implantação das mudanças.



TCE mineiro sedia 1ª Capacitação Internacional dos Tribunais de Contas

Representantes dos tribunais de contas de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, além dos tribunais de contas estaduais e municipais do Brasil e membros do Tribunal de Contas da União-TCU participaram, no dia 5/5/14, da abertura da 1ª Capacitação Internacional em SAI-PMF no Brasil, no Auditório Vivaldi Moreira, na sede do Tribunal de Contas mineiro.

O evento teve como objetivo habilitar técnicos dos tribunais de contas brasileiros e também de outros países de língua portuguesa em Supreme Audit Institutions Performance Measurement Framework (SAI-PMF), marco de medição de desempenho das Entidades Fiscalizadoras Superiores. A ferramenta desenvolvida pela International Organization of Supreme Audit Institutions (Intosai) faz uma avaliação objetiva e qualitativa do desempenho da entidade de controle e o autodiagnóstico com referência nas normas internacionais.

“Estamos aqui com quase todos os representantes do país e de outros países, com sede de saber e isto nos orgulha”, comemorou a Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Conselheira Adriene Andrade, informando que, apesar de o número de vagas ser limitado, a grande procura por inscrições demonstrou o interesse de todos. Ela agradeceu e se colocou à disposição das instituições parceiras do evento, como o Banco Mundial, o Tribunal de Contas da União-TCU, o Instituto Rui Barbosa-IRB e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), para firmar acordos e con-

vênios. A Conselheira lembrou que o Tribunal de Contas da União - TCU é o único no Brasil que detém o conhecimento sobre a ferramenta, por meio de quatro servidores, e agradeceu a sua contribuição. “Sem o TCU, este evento não aconteceria”, reconheceu. Ela também agradeceu ao “grande transformador social” que é o Banco Mundial e que já faz o fomento social em muitos países.

O Conselheiro Vice-Presidente do TCEMG, Sebastião Helvecio, avaliou que quem vai mais se beneficiar deste estudo é o cidadão brasileiro. “Que esta ferramenta seja um instrumento para deixar nossas instituições mais eficientes e mais úteis para o cidadão”, pontuou.

“Criar uma rede de conhecimento avançado em SAI-PMF”, com estas palavras, a Especialista do Banco Mundial, Suzana Amaral, sintetizou o objetivo central do treinamento e disse que a ferramenta é um instrumento para melhorar as performances das instituições.

Os 74 participantes da 1ª Capacitação Internacional dos Tribunais de Contas em SAI-PMF no Brasil aprenderam sobre razões e objetivos do SAI-PMF, o valor e os benefícios das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), a elaboração de relatório de desempenho e o processo de aplicação de avaliação do SAI-PMF. Nos últimos dois dias do evento, foi realizado um treinamento para formação de instrutores, que envolveu processo de aplicação da avaliação, habilidades para moderar discussões, como fazer e receber *feedback*, dentre outros temas.

Treinamento de capacitação oferecido durante o evento



Além da Conselheira Presidente e do Vice-Presidente do TCEMG, compuseram a mesa de honra, o Juiz do Tribunal de Contas de São Tomé, Ricardino Costa Alegre; a Especialista em Gerenciamento Financeiro, representando o Banco Mundial, Suzana Amaral; a Assessora do Instituto Serzedello Correa, representando o Tribunal de Contas da União, Carolina Bezerra

Pfeilsticker; o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Sebastião Carlos Ranna de Macedo; a Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Soraia Thomaz Dias Victor; o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Edilson de Sousa Silva; o Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Jaylson Fabianh Lopes Campelo; o Conselheiro Substituto dos Tribunais de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, José Cláudio Mascarenhas Ventim e o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, José Ribamar Caldas Furtado.

Do do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais também prestigiaram a abertura do seminário os conselheiros Wanderley Ávila, José Alves Viana, Gilberto Pinto Monteiro Diniz, o Conselheiro Substituto Hamilton Coelho e a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Elke Andrade Soares de Moura e Silva.



A Presidente Adriene Andrade em seu pronunciamento

Comissão internacional visita a Cidade Administrativa

Representantes dos tribunais de contas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, do Tribunal Administrativo de Moçambique e da Câmara Administrativa do Timor-Leste, que participaram da 1ª Capacitação em Sai PMF no Brasil, realizada no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), visitaram, no dia 9/5/2014, a Ouvidoria e a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, na Cidade Administrativa.

A visita técnica foi promovida pela Presidente do TCEMG, Conselheira Adriene Andrade. A comissão internacional foi recebida pelo Ouvidor-Geral do Estado, Fábio Caldeira, e o Controlador-Geral do Estado, Júlio César Santos Esteves. Além de conhecer o sistema de funcionamento das duas instituições, os visitantes, conduzidos pelo assessor da Presidência do

TCEMG, Cristiano Alkmim, receberam informações sobre a Rede Mineira de Ouvidorias Públicas (Rede Ouvir-MG), parceira pioneira no Brasil que une os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somados ao TCEMG, Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) e Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), para aumentar a eficácia no atendimento às manifestações do cidadão.

Após o encontro com Fábio Caldeira e Júlio César Santos Esteves, a comitiva visitou outros setores da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves. A assessora de Relações Internacionais do Governo de Minas, Priscila Gomes da Silva, e a Subsecretária de Casa Civil, Letícia Moraes Torres, também participaram do encontro.



A comitiva estrangeira se reuniu com o Ouvidor Geral do Estado, Fábio Caldeira



O ouvidor-geral do Estado, Fábio Caldeira (centro), o assessor da Presidência do TCEMG, Cristiano Alkmim (direita) com a comitiva estrangeira

Tribunal celebra acordo com órgãos de controle internacionais

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) e países de língua portuguesa celebraram no dia 7 de maio de 2014, no TCEMG, um acordo de cooperação técnica com o objetivo de estabelecer colaboração na área de controle externo. O acordo foi celebrado com a intermediação do Instituto Rui Barbosa, representado pela sua Assessora Institucional, Raquel Simões, que representou o Presidente do IRB, Conselheiro Sebastião Helvecio.

Os tribunais de contas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, o Tribunal Administrativo de Moçambique e a Câmara Administrativa do Timor-Leste, que participaram da



A Presidente Adriene Andrade e sua equipe apresentaram à comitiva as ferramentas de controle

1ª Capacitação em Sai PMF no Brasil, foram os órgãos de controle dos países de língua portuguesa que celebraram o acordo com o TCEMG.

O acordo prevê a realização de intercâmbios de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesses comuns.

Na ocasião, a Presidente do TCEMG, Conselheira Adriene Andrade, e uma equipe de diretores da área técnica apresentaram as ferramentas inovadoras de Tecnologia da Informação utilizadas pela corte mineira no controle dos recursos públicos. Foram apresentados o Fiscap, que auxilia na fiscalização dos atos de pessoal, reformas, aposentadorias e pensões; o Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom); o Geo-Obras, ferramenta para o acompanhamento de obras públicas por meio do georreferenciamento; a Central de Relacionamento do TCE com o público externo e o Portal Minas Transparente, que viabiliza aos municípios mineiros o cumprimento da Lei de Acesso à Informação por meio da disponibilização dos dados enviados ao TCE.



A Presidente Adriene Andrade entregou o termo de cooperação técnica para os representantes dos órgãos de controle internacionais

Tribunal abre série de Encontros Técnicos em Uberlândia

Com o tema “Gestão Responsável em Ano Eleitoral”, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) deu início, na manhã de 29 de abril, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, à série de encontros técnicos TCEMG e os Municípios 2014, que, este ano, é realizado em parceria com a Associação Mineira de Municípios (AMM).

Durante a cerimônia de abertura, realizada na Faculdade Shalom de Ensino Superior (Fases), a Diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Araújo, falou representando a Presidente da Corte de Contas, Conselheira Adriene Andrade. “Estamos alegres de estar num ambiente educacional. Aqui nos sentimos em casa e temos a correta sensação do ofício para o qual estamos aqui”, exclamou Natália. O objetivo do Encontro Técnico TCEMG e os Municípios é contribuir com a gestão pública por meio da capacitação dos servidores.

A diretora defendeu a necessidade do tema do evento, lembrando que a gestão municipal atual é marcada pela complexidade. “As prefeituras se deparam com uma quantidade enorme de convênios, que precisam participar por pressão da população, além de imposições legais. Apesar de as eleições serem estaduais e federais este ano, o Tribunal veio antecipar o debate com os municípios para que daqui a dois anos eles estejam preparados”, acrescentou Natália Araújo.

O Prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado, deu boas-vindas ao público presente, formado por prefeitos, vereadores, secretários de governo, contadores, controladores, procuradores e chefes de gabinete de municípios da região. Em seu discurso, Machado reconheceu que o apoio do TCEMG à administração dos municípios é “importantíssimo”. Representando a Associação Mineira de Municípios (AMM), o Prefeito de Sacramento, Bruno Scalon, defendeu o uso de maior zelo pela administração em anos eleitorais. Para Scalon, os participantes dos Encontros Técnicos voltam para seus municípios enriquecidos de conhecimentos. “Admiro a postura elegante, firme, austera, porém solidária do Tribunal. Hoje não é um tribunal de inquisição, é um parceiro que nos oferece conhecimento para que os membros da administração façam a coisa certa”, elogiou.

O Procurador do Município de Uberlândia, Luís Antônio Lira Pontes, afirmou que os municípios têm sede do intercâmbio de informações promovido pelo TCE. “Nos sentimos envidescidos quando o Tribunal vem ao Triângulo para discutir ideias e crescer junto. Não para punir, mas para melhorar a qualidade de vida do povo”, disse. Também compuseram a mesa diretora da cerimônia o Vereador Professor Neivaldo e o Diretor da Fases, Wércio Gomide.



A Diretora da Escola de Contas, Natália Araújo, e o Prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado (ao centro), dirigiram a abertura do evento



Palestras

Ainda na manhã do dia 29, a Diretora da Escola de Contas, Natália Araújo, apresentou a palestra “Gestão e Eleição”. À tarde, o público acompanhou as palestras “Erros frequentes em licita-

Para o Prefeito de Sacramento, Bruno Scalon, o TCE é um parceiro da Administração: “hoje não é um tribunal de inquisição”

ções e cuidados especiais ao licitar e contratar em ano eleitoral”, com a Assessora da Secretaria Executiva do TCEMG, Nájila Maria Jacques Ferreira; e “Concursos públicos e cuidados especiais em ano eleitoral”, com a Coordenadora de Análise de Editais de Concursos Públicos, Ornella Maria Luísa Dell Oro Oliveira.

No dia 30, os participantes voltaram a se reunir no auditório da Fases. O tema “Sicom e a Lei de Acesso à Informação por meio do Portal Minas Transparente” foi introduzido pela Diretora Natália Araújo e pela Diretora de Tecnologia da Informação, Cristiana Siqueira Veloso. O Supervisor de Tecnologia da Informação, Breno de Assis Soares, demonstrou o funcionamento do portal. Já a palestra sobre “As novas regras da contabilidade: aspectos práticos da depreciação patrimonial” foi ministrada pela Coordenadora de Patrimônio do TCEMG, Denise Mariano de Paula.

Prefeito elogia ação regionalizada do TCEMG no Circuito das Águas

“É muito mais saudável para as contas públicas que o conhecimento seja transmitido diretamente no interior de Minas Gerais”. Com essa afirmação, o Prefeito da cidade de São Lourenço, José Sacido Barcia Neto, elogiou a realização do Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2014 em Caxambu, nos dias 19 e 20 de maio.

A cidade do Sul de Minas foi a sede da segunda etapa do evento, que começou com uma cerimônia de abertura, da qual participaram autoridades regionais. Em seguida, houve palestras de técnicos da Corte de Contas, especialistas na fiscalização das contas públicas. Cento e quarenta e cinco pessoas compareceram ao encontro, realizado no Centro de Convenções do município.

O Prefeito de São Lourenço defendeu o formato de realização de eventos pedagógicos sobre o controle da Administração Pública diretamente nas cidades. “Para São Lourenço, a diária de um servidor para acompanhar eventos na Capital custa R\$ 150”, informou. E acrescentou que um evento local permite uma economia para todas as cidades da região e a participação de um número maior de servidores públicos que atuam nas áreas diretamente fiscalizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Da mesa de direção dos trabalhos também participaram o Prefeito de Caxambu, Jurandir Belini; o Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Microrregião do Circuito das Águas (AMAG) e ex-prefeito de Olímpio Noronha, Paulo Sérgio Noronha Barleta; e o Vereador Marcos Fausto, que representou a Câmara Municipal de Caxambu.

A Diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Araújo, representou a Presidente do TCE, Conselheira Adriene Andrade, e afirmou que o momento é propício para uma parceria com os jurisdicionados para cumprir a função pedagógica do Tribunal. “A Presidente conhece bem a situação local, pois já foi prefeita de Três Pontas, também situada nesta região, e também presidiu a Associação Mineira dos Municípios (AMM)”, informou. Ela também acrescentou que a participação da AMM tem sido muito importante, pois seu atual presidente, o Prefeito de Barbacena, Antônio Carlos Andrada, já presidiu a Corte de Contas. Natália também compôs a mesa diretora e depois apresentou a palestra “Gestão e Eleição”.



O Prefeito de São Lourenço, José Sacido Barcia Neto, defendeu a realização de eventos pedagógicos diretamente nas cidades do interior

Encontro sobre gestão em ano eleitoral é sucesso de público em Montes Claros

Cerca de 450 representantes de 134 municípios da Região Norte de Minas lotaram, no dia 27 de maio, o Auditório do Parque de Exposições José Alencar Athayde, em Montes Claros, para a terceira etapa do Encontro Técnico do Tribunal de Contas e os Municípios 2014: Gestão Responsável em Ano Eleitoral. O evento organizado pelo TCEMG e pela Associação Mineira dos Municípios (AMM) aconteceu simultaneamente ao Encontro Fomenta Minas, uma parceria da Corte de Contas com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-MG), que visa estimular o desenvolvimento local, por meio da implementação de políticas públicas que promovam o crescimento da economia regional. Juntos, os dois eventos reuniram quase mil representantes das cidades da região.

Na abertura do Encontro Técnico, a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Maria Cecília Borges, representou a Presidente do TCEMG, Conselheira Adriene Andrade. Em seu pronunciamento, a Procuradora agradeceu a acolhida do povo montesclarensense e destacou a importante missão orientadora da Corte de Contas, fundamental para a garantia da boa aplicação dos recursos pú-

blicos. A Superintendente da Associação Mineira dos Municípios (AMM), Cristina Márcia de Oliveira Mendonça, representou o Presidente da entidade e prefeito de Barbacena, Toninho Andrada. Ela enfatizou a importância dessa aproximação do Tribunal de Contas com os municípios e louvou a iniciativa dos encontros de orientação regionalizados.

A Diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do TCEMG, Natália Araújo, representou o Vice-Presidente da Corte mineira, Conselheiro Sebastião Helvecio e apresentou a palestra "Gestão e Eleição". Natália explicou o caráter pedagógico do encontro. "Estamos aqui não apenas para dizer o que não se deve fazer em período eleitoral, mas sim para prepará-los a garantir os melhores serviços e a melhor e mais efetiva aplicação dos recursos públicos. Queremos orientar ao invés de punir, pois muitos dos erros acontecem por desconhecimento e não pela má-fé. Em alguns casos a sanção é necessária, mas em muitos deles ela pode ser evitada com um bom trabalho de orientação", defendeu a Diretora. Natália concluiu dizendo que "o Tribunal de Contas é fruto da democracia e é para a sua garantia que as instituições públicas trabalham.



O auditório do Parque de Exposições José Alencar Athayde, em Montes Claros, recebeu quase 500 participantes do Encontro Técnico



A Procuradora Maria Cecília Borges representou o TCEMG na solenidade de abertura em Montes Claros

Por isso, o cuidado com a administração é ainda mais valioso em anos eleitorais, quando o cidadão exercita efetivamente essa democracia".

No início da tarde, os dois eventos convergiram para a Arena instalada no Parque de Exposições. Carlos Alberto Pavan, Assessor do Conselheiro Ouvidor do TCEMG, Mauri Torres, apresentou o Portal Minas Transparente - TCEMG/MPE e participou do painel

sobre os temas "Governos eletrônico e a modernização do atendimento ao cidadão"; "Adoção de mecanismos de gestão por desempenho"; "Novas práticas de prevenção à corrupção"; e "Adoção de conselhos de gestão e fiscalização com participação popular, conferências, plebiscitos e referendums" e "Orçamento participativo". À noite, aconteceu a abertura oficial do Fomenta Minas, com a palestra do Navegador Amyr Klink sobre planejamento.

Vice-Presidente participa de debate do Fomenta Minas

O Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) e Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Sebastião Helvecio, participou, no dia 28 de maio, da arena de debates do Encontro Fomenta Minas.

O painel discutiu a importância dos consórcios intermunicipais, os efeitos tributários da Lei Geral, a subcontratação nas compras públicas, os benefícios a serem oferecidos pelos órgãos públicos para fomentar a participação de micro e pequenas empresas, os incentivos fiscais e decorrentes impactos financeiros, a aplicação da Lei Geral versus restritividade de competição, Regime diferenciado de contratações (RDC) e Lei complementar 123/2006, a aplicabilidade do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 e outros desafios cujos temas são relacionados com os governos municipais e à administração pública.

Além de defender o investimento no desenvolvimento local para a solução das dificuldades financeiras municipais, Sebastião Helvecio esclareceu as dúvidas dos participantes e explicou detalhes sobre a atuação do Tribunal de Contas no controle das contas públicas.



Tribunal ajuda na preparação de novos técnicos municipais

O auxílio do Tribunal de Contas na preparação da nova geração de técnicos que vão executar o trabalho de controle do dinheiro público foi o tema do discurso do prefeito de Andradadas, Rodrigo Aparecido Lopes, na abertura da etapa de Itajubá do Encontro Técnico TCEMG e os Municípios 2014. “Minas Gerais possui muitos prefeitos jovens e as prefeituras também estão contratando técnicos jovens, e para a capacitação técnica deles contamos com a participação do Tribunal de Contas”, declarou.

Itajubá, cidade de 94 mil habitantes do Sul de Minas Gerais, foi a sede de mais uma etapa do evento, que começou no dia 29 de maio. A cerimônia de abertura contou com a participação de diversas autoridades regionais. Ótimo público, composto preferencialmente por estudantes e por técnicos municipais da região, compareceu ao auditório disponibilizado pela Faculdade de Ciências Aplicadas do Sul de Minas Gerais – FACESM.

Além da ênfase na preparação dos jovens – grupo em que ele próprio se incluiu, pois tem 33 anos –, o prefeito Rodrigo Lopes também destacou a importância da qualificação técnica. “Dar um cargo público a um profissional mal qualificado é como dar um carro a um motorista sem carteira”, exemplificou. Ele também enfatizou a atuação preventiva da Corte de Contas: “O melhor não é esperar o gestor público errar para multar ou aplicar outra sanção, mas sim capacitá-lo para que ele não erre e com isso evitam-se prejuízos à municipalidade”.

Rodrigo Aparecido Lopes acompanhou o evento também na condição de Diretor da Associação Mineira dos Municípios (AMM) e representou o Presidente da entidade, Antônio Carlos Andrada, atual prefeito de Barbacena.



Segundo o Prefeito de Andradadas, Rodrigo Aparecido Lopes, o melhor é capacitar o gestor público para que ele não erre e com isso evitar prejuízos à municipalidade

A Diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Natália Araújo, representou a Presidente do TCE, Conselheira Adriene Andrade, e também discursou no evento. Aproveitando o tema levantado pelo Chefe do Executivo de Andradadas, ela explicou que conheceu vários prefeitos jovens na região e em outros lugares de Minas Gerais e reafirmou que é importante que eles obtenham auxílio de profissionais qualificados – como os técnicos do Tribunal – para capacitar as novas gerações de técnicos que vão assessorá-los no cumprimento dos deveres constitucionais.

Da mesa de direção dos trabalhos também participaram o jovem Vice-Prefeito de Itajubá, Christian Gonçalves; o Vereador Valdomiro Ribeiro Cortez, que representou a Câmara Municipal de Itajubá; o representante da Câmara Municipal de Piranguçu e dirigente da Associação dos Municípios da Micro Região do Alto Sapucaí (Amasp), Carlos Alberto Vieira Pinto; o Professor Hector Gustavo Arango, Diretor Geral da FACESM; e Cirineu Ferreira dos Santos, dirigente da entidade mantenedora da faculdade.



O público lotou o auditório da Faculdade de Ciências Aplicadas do Sul de Minas Gerais

Entidades já podem receber certidões pela internet

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) disponibilizou no dia 06 de maio, em seu portal na internet, a ferramenta “certidão digital” (e-certidão), possibilitando a automatização eletrônica do pedido de certidão por meio do site do TCEMG. A ferramenta permite aos 853 jurisdicionados do Executivo municipal solicitar e receber, via internet, as seguintes certidões:

- Aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- Aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- Aplicação de recursos do Fundeb na Remuneração dos Profissionais do Magistério;
- Despesa total com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida;
- Competência Tributária Municipal;
- Cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal

- Para fins de celebração de Operações de Crédito.

A implantação da e-certidão evita deslocamentos do jurisdicionado ou de seu representante legal até a sede do TCEMG para protocolizar o pedido e, depois da análise e aprovação das áreas técnicas, para retirar as certidões.

Essa ferramenta irá racionalizar o trabalho da área técnica do Tribunal na análise dos pedidos, na correção de divergências e na expedição das certidões.

Para requisição da certidão eletrônica é imprescindível a certificação digital, ressaltando que a disponibilização desta sistemática é restrita aos municípios cadastrados no Tribunal de Contas do Estado Minas Gerais e pela utilização de senha de acesso.

Aos demais interessados (cidadãos, ex-gestores, atuais gestores não cadastrados ou sem certificação eletrônica, dentre outros) o pedido será formalizado perante o Setor de Protocolo do Tribunal, por meio de requerimento próprio, e o recebimento da certidão na Diretoria de Controle Externo dos Municípios na sede do TCEMG.

O sistema e-Certidão apresenta uma interface web com o seguinte formulário de solicitação:

- INFORMAÇÕES DO SOLICITANTE:**
 - Tipo Instituição:
 - Município:
 - CNPJ Orgão/Entidade:
 - Nome:
 - E-mail:
 - CPF:
- Tipo Certidão:** 1 - Aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
- Finalidade da Certidão:** CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO
- Ano Exercício da Certidão:**
- Atessar Arquivo:**

Um botão "SOLICITAR CERTIDÃO" está visível na base do formulário.

TCE recomenda melhorias nas unidades de conservação do Estado

O Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) aprovou, no dia 14 de maio, o Relatório Final da Auditoria Operacional (Processo 872.163) que recomenda melhorias na gestão das Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPIs). O Plenário acompanhou o voto do relator do processo, Conselheiro Sebastião Helvecio, que enumerou 18 recomendações à Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (Seplag), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Advocacia Geral do Estado (AGE).

Dentre as recomendações destacam-se a adoção de critérios objetivos para distribuição dos recursos financeiros entre as UCPIs; a adoção de medidas emergenciais para proteção das unidades de conservação, relativas à biodiversidade e à infraestrutura; e a implementação de programas de capacitação para as comunidades como alternativa às atividades predatórias e ilegais.

As áreas protegidas são uma estratégia de conservação da biodiversidade, que proporciona refúgio às espécies e respectivos ecossistemas. Especificamente, as UCPIs são áreas previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei 9.985/2000, caracterizadas pelas normas mais restritivas de manejo, sem consumo, coleta ou qualquer tipo de dano ambiental. Existem 73 UCPIs estaduais em Minas Gerais. De acordo com a forma de manejo, essas unidades podem ser classificadas como Estação Ecológica (11 unidades), Reserva Biológica (9), Parque Nacional (38), Monumento Natural (11) ou Refúgio de Vida Silvestre (quatro).

O Tribunal verificou que 79% das UCPIs administradas pelo IEF não possuem plano de manejo – outra exigência legal – sendo que 58% destas foram criadas há mais de cinco anos. Esse documento técnico é elaborado com fundamento nos objetivos gerais da unidade de conservação, e estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recur-

sos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Acredita-se que as falhas no manejo podem ocasionar grandes impactos à biodiversidade.

A ocorrência de incêndios consta como um dos principais problemas ocorrido em UCPIs mineiras. Ao buscar as causas do problema, a Auditoria Operacional concluiu que a dificuldade no controle de incêndios deve-se à relação desgastada entre a administração da unidade de conservação e a população do seu entorno. Segundo apuraram com gerentes, há indícios de que os incêndios são intencionais e relacionam-se à revolta da população e de produtores rurais, diretamente afetados pela proibição de exploração de alguns recursos ou atividades na área da UCPI.

Outro aspecto analisado pelo Tribunal é a omissão na apuração de receitas em parques. Oficialmente, apenas 21% dos parques estaduais são abertos à visitação, mas essa proporção chega a 43% ao se considerar as unidades que recebem turistas extraoficialmente, o que evidencia uma perda pela ausência de taxa de visitação. Também não é cobrado o “pagamento por serviços ambientais” de companhias de abastecimento ou indústrias beneficiadas pela proximidade com a unidade de conservação.

A Auditoria Operacional constatou, ainda, que 37% das UCPIs do Estado de Minas Gerais não constavam do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), previsto na Lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Além disso, foi constatado que todas as UCPIs cadastradas estavam com dados relevantes incompletos. O cadastro deve incluir os dados principais de cada unidade de conservação, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.

Controle para resultados

O documento aprovado é resultado do controle finalístico, uma modalidade de atuação do Tribunal com ênfase na aferição de resultados, que difere da modalidade tradicional ou de conformidade, feita por auditoria contábil-financeira. O trabalho julgado investigou como a criação, implantação e gestão dessas unidades de conservação pelo Estado influenciou na proteção de espécies e demais recursos existentes.

Os técnicos do Tribunal realizaram entrevistas com os gerentes, guarda-parques, membros dos conselhos, representantes de Organizações não Governamentais (ONGs) e população do entorno de nove unidades de conservação selecionadas criteriosamente: Parque Estadual Mata Seca, Parque Estadual Veredas do Peruaçu, Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pandeiros, Parque Estadual Serra do Intendente, Reserva Biológica Santa Rita, Estação Ecológica Cercadinho, Monumento Natural Peter Lund, Parque Estadual Biribiri e Parque Estadual Serra da Candonga.

O Conselheiro Sebastião Helvecio relatou o processo da Auditoria Operacional



Conselheiros apreciam processo de monitoramento da Copasa

O Processo de Monitoramento (nº 888.179) da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), referente à Auditoria Operacional do programa *Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos*, foi apreciado na sessão do Tribunal Pleno do dia 23 de abril. Acompanhando o voto do Conselheiro Cláudio Terrão – relator da matéria – o Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) aprovou os planos de ação apresentados pela empresa e outras instituições participantes dessa ação governamental. “Considerando que as medidas propostas pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (Arsae), Copasa, Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de MG (Copanor), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) atendem, de modo geral, às recomendações do Tribunal, havidas em 28/11/12, voto pela aprovação dos planos de ação apresentados para o referido Programa”, declarou Terrão.

O Tribunal também determinou aos responsáveis por essas instituições a apresentação do primeiro relatório parcial de monitoramento no prazo de 30 dias, e os demais a cada 180 dias contados a partir da última entrega. O relatório, como deliberou o Pleno, deve conter informações sobre a execução das ações

propostas, as metas cumpridas e as em andamento. Além disso, devem ser destacadas as ações realizadas, os registros do acompanhamento periódico e as eventuais justificativas para o descumprimento ou atraso.

Em novembro de 2012, a Corte de Contas analisou o relatório final da auditoria e julgou que o Estado de Minas Gerais se esforçou para ampliar e aprimorar o acesso à água tratada e à coleta regular de esgoto, com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil e prolongar a vida da população. Entretanto, o Tribunal identificou - na mesma ocasião - diversos pontos “nos quais as ações do Programa não se mostraram eficientes, econômicas e efetivas para a sociedade”. Por isso, foram feitas 39 recomendações que agora estão sendo monitoradas.

De acordo com a Resolução 16/2011 do Tribunal, o Monitoramento é a última etapa da Auditoria Operacional e tem como objetivo verificar o cumprimento das deliberações. Este tipo de processo é aberto quando a entidade auditada envia o Plano de Ação ao Tribunal, um documento com “as ações que serão adotadas para o cumprimento das determinações e recomendações” e que também indica os responsáveis, fixa prazos para a implementação de cada ação e registra os benefícios previstos após a execução dessas ações.



O Tribunal Pleno apreciou o processo de Monitoramento na Copasa referente à Auditoria Operacional do programa Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos

Panorama

DECISÕES DAS CÂMARAS

Prefeito recebe recomendação para criar procuradoria jurídica municipal

A Primeira Câmara decidiu, na sessão do dia 20 de maio, recomendar ao Prefeito do município de Biquinhas que crie uma procuradoria composta por advogados aprovados em concurso público. Os conselheiros aprovaram o voto do Conselheiro Relator Wanderley Ávila no Processo de Denúncia (nº 887845) relativo ao Pregão Presencial nº PR/19/2013 para contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica ao Gabinete do Prefeito. A contratação de advogados por meio de processo licitatório foi considerada regular diante da ausência de procuradoria jurídica municipal constituída por meio de lei.

Referendada suspensão de licitação de transporte escolar em São Joaquim de Bicas

A Primeira Câmara referendou, na sessão realizada no dia 13 de maio, a suspensão do Processo Licitatório nº 046/14, Pregão Presencial nº 032/2014, da Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. O objeto da licitação é a contratação de uma empresa para prestação de serviço de transporte escolar. Os conselheiros entenderam que "a adoção do Sistema de Registro de Preços é inadequada para essa contratação". O Processo (número 923.918) se originou de uma denúncia apresentada pela MBM Locações, Serviços e Construções Ltda.

Tribunal suspende obra de R\$ 46 milhões em Mariana

A Segunda Câmara referendou, na sessão de 15 de maio, a suspensão da Concorrência 003/2014 da Prefeitura de Mariana, realizada para selecionar a empresa construtora do Centro Administrativo do município, uma obra estimada em R\$ 46 milhões. A decisão previne violações a direitos que seriam dificilmente reparadas após a abertura de propostas, que estava agendada para o dia 12 maio. O Conselheiro Gilberto Diniz, relator do processo de Denúncia (nº 923.949) que gerou a suspensão, constatou que "a inércia do Tribunal, neste momento, pode frustrar a eficácia de sua atuação, razão pela qual se justifica a adoção de medida acautelatória de suspensão do certame".

TCE suspende edital da Prefeitura de Contagem relacionado ao SUS

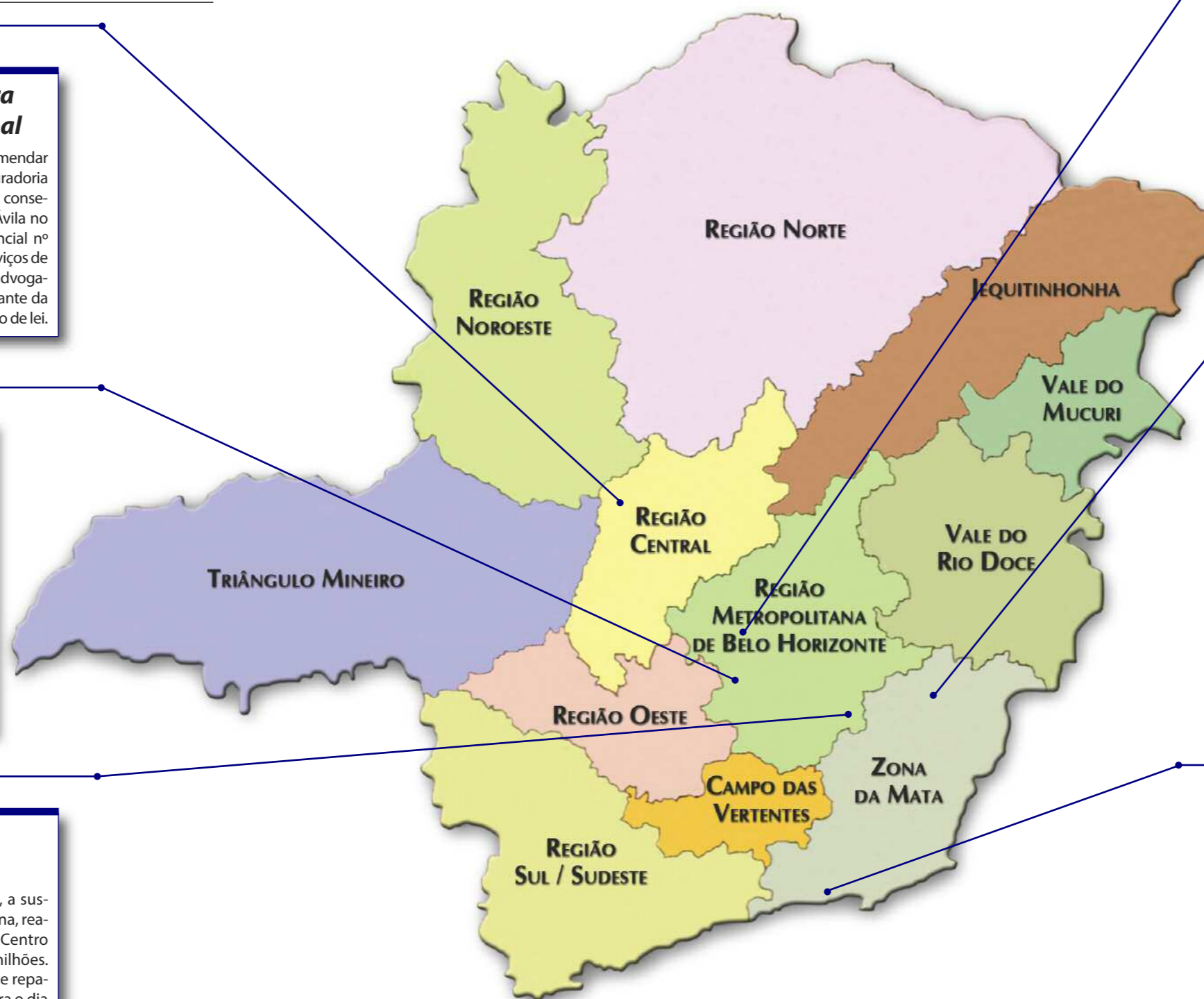
A Segunda Câmara do Tribunal de Contas referendou a decisão monocrática de suspensão do Edital de Licitação referente ao Chamamento Público nº 003/2014, da Prefeitura de Contagem, cujo objeto é o "credenciamento de empresas interessadas em participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde para prestação de serviço de patologia clínica". Na reunião ordinária de 21/05/2014 os componentes da Câmara aprovaram, por unanimidade, a decisão preliminar do Conselheiro Relator Mauri Torres.

Jequeri: pregão para contratar assessoria ambiental é julgado irregular

A Primeira Câmara do TCEMG deliberou, na sessão do dia 27 de maio, pela irregularidade do Pregão Presencial 26/2012, realizado pela Prefeitura de Jequeri, na Zona da Mata, para contratar assessoria e consultoria ambientais. O assunto chegou à Corte de Contas por meio de Denúncia (Processo 873.849) feita por uma empresa. O Conselheiro Wanderley Ávila – relator da matéria – votou pela ilegalidade do procedimento e pela obrigação de o Município anular ou adequar o edital. Todos os membros presentes do Colegiado adotaram o encaminhamento do relator.

Câmara julga irregulares duas entidades municipais de previdência

Dois fundos de previdência municipais tiveram suas prestações de contas julgadas irregulares pela segunda Câmara do TCEMG. Durante sessão do dia oito (08) de maio, foram apreciados os processos de prestações de contas da Administração Indireta municipal, relativos ao exercício de 2010, do Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Belmiro Braga (Processo 849.885), na Zona da Mata; e do Fundo Previdenciário dos Servidores Municipais de Estrela do Indaiá (Processo 849.922), na região Central Mineira. O Conselheiro Cláudio Couto Terrão relatou as duas matérias e seu voto foi acompanhado por todo o colegiado.



Debate sobre a nova Lei dos Resíduos Sólidos lota auditório

Um debate sobre a nova Lei de Resíduos Sólidos atraiu centenas de estudantes universitários à sede do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) no dia 13 de maio. O assunto foi escolhido pelo Tribunal e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o evento mensal do programa *Ponto de Expressão*. As opiniões dos especialistas no tema foram mediadas por Evandro Martins Guerra, Assessor da Vice-Presidência do TCEMG e Professor de Direito Administrativo e de Direito Financeiro das Faculdades Milton Campos.

A Lei nº 12.305/10 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Ela regulamenta a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos.

Um dos convidados foi o Consultor José Cláudio Junqueira Ribeiro, que também é professor da Universidade Fumec e Escola Superior Dom Helder Câmara. Em sua fala, Ribeiro demonstrou que a criação de aterros sanitários de grande porte é a tendência no Brasil. Citando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ele lembrou que, em 2008, 55% dos resíduos sólidos urbanos foram levados para apenas 20 aterros. O consultor afirmou que, como as cidades com menos de 100 mil habitantes não têm escala para viabilizar sistemas próprios de destinação, a solução seria a formação de consórcios públicos, tendo como referência um estudo técnico da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) que sugeriu a regionalização dos aterros. Entretanto, José Cláudio desabafou que os municípios mineiros têm apresentado grandes dificuldades na tentativa de concretizar a formação desses consórcios.

Outra debatedora foi a engenheira Patrícia Boson, Diretora da Conciliare Consultoria Ambiental, para quem a solução mais

adequada para os problemas do lixo deve vir do próprio mercado criado pela indústria da reciclagem. Ela recordou que o aproveitamento do potencial desse mercado ainda é muito pequeno, na ordem de 13%, e mesmo assim rende R\$ 12 bilhões por ano. Segundo Patrícia, novos incentivos poderiam vir do Poder Público, na forma de isenção de impostos ou da compra de reciclados pelos órgãos do governo.

Durante sua participação, a Analista de Controle Externo do TCEMG, Janaína de Andrade Evangelista – Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – comentou que a nova lei talvez seja avançada demais em relação à sociedade, já que as metas de erradicação de lixões e elaboração de planejamentos não foram alcançadas. A servidora explicou que, nas análises técnicas da Corte de Contas sobre editais para a contratação pública de serviços relacionados a resíduos sólidos, o maior problema é a ausência de planejamento.

Ao contribuir para o debate, a Assessora Técnica da Feam, Alice Libânia, considerou o cenário mineiro como desafiador, já que – segundo informou – ainda restam 264 lixões e 280 aterros controlados. Ela citou o estudo da Fundação recomendando tecnicamente a divisão do território estadual entre 51 arranjos, que concentrariam em aterros sanitários viáveis os resíduos dos municípios consorciados em cada região. Mas julgou que a formação desses consórcios, que cumpre várias etapas até chegar ao final com a assinatura de um contrato de rateio, tem demorado muito.



Evandro Martins Guerra, Assessor da Vice-Presidência do TCEMG, mediu o debate



Estudantes de diversas instituições de ensino superior se interessaram pelo tema Resíduos Sólidos

A judicialização da saúde é tema do Ponto de Expressão

“A judicialização geralmente inicia com a caneta do médico”, afirmou o Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais-CRM, Itagiba de Castro Filho, na abertura do *Ponto de Expressão*, no dia 30/4, no Auditório Vivaldi Moreira. Para ele, a interação do médico com a indústria farmacêutica e da indústria de órteses e próteses “é vergonhosa”. O pediatra alertou que as denúncias contra procedimentos médicos vêm crescendo. “O cidadão está buscando cada vez mais a justiça”, completou.

O Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas, e também médico graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Sebastião Helvecio, afirmou que a judicialização da saúde poderia ser também chamada de “politização da justiça”. O Conselheiro também falou sobre a “assimetria” na divisão do orçamento destinado à saúde, ressaltando que a União, maior detentora do orçamento, não tem obrigação de aplicar recursos na área. Ele também falou sobre a sua trajetória profissional dentro do contexto. “Comecei como médico, fui pediatra, estive na linha de combate na área, depois me empolguei pelo Direito e fui estudar Política Pública”, completou. O Conselheiro apresentou números em relação às sentenças judiciais. “Em 2013, o sexto maior gasto do Estado foi com reembolso para sentenças judiciais”, alertou.

“A judicialização da saúde está aí e veio para ficar”, argumentou o Juiz de Direito, Carlos Donizetti Ferreira da Silva. Ele explicou que o número de pessoas que vêm buscando a justiça está cada vez maior e que o povo “entendeu” que saúde é

um direito de todos. Para ele, o ordenador de despesas não está preparado para esta situação e os municípios não estão conseguindo compensar. “Isso é uma descoberta do Direito”, ressaltou. O Magistrado lembrou que, hoje em dia, “ouve-se muito falar em ativismo judicial, judicialização da saúde”, o que indica, segundo ele, que alguma coisa de errado está acontecendo. Ele alertou que a situação é muito mais complexa do que imaginamos e que não se trata apenas de uma questão orçamentária.

Participaram também da noite de debates, a Desembargadora Vanessa Verdolim Hudson Andrade, Coordenadora do Fórum Permanente da Judicialização da Saúde do Estado de Minas Gerais; o Presidente da Associação Mineira de Municípios-AMM e Prefeito de Barbacena, Antônio Carlos Doorgal de Andrada; e o Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde de Minas Gerais, Promotor de Justiça, Gilmar de Assis.



O Presidente do CRM-MG, Itagiba De Castro Filho e o Conselheiro do TCEMG, Sebastião Helvecio, durante roda de debate do Ponto de Expressão sobre a judicialização da Saúde



Extrapauta

Tribunal de Contas de Minas colabora com o fomento das políticas públicas

O Dia da Indústria 2014 foi comemorado no dia 15/5/2014, no Expominas, em Belo Horizonte, quando o Governador de Minas Gerais Alberto Pinto Coelho anunciou, em seu discurso aos empresários mineiros, a publicação do Decreto nº 46.508, MG de 15/5/2014, que altera o Regulamento do ICMS, permitindo às empresas mineiras a participação em licitações públicas do Estado sem incidência de ICMS na oferta de preços.

Na oportunidade, o Governador ressaltou o importante papel desta Corte de Contas, que, ao responder à Consulta nº 888.173, sob a relatoria do Conselheiro Sebastião Helvecio, passou a entender que a isenção do ICMS não configura violação ao princípio da isonomia nas licitações.

Nos estudos elaborados pelo Tribunal, conforme relatório de compras públicas de entidades estaduais no ano de 2013, o novo entendimento poderá propiciar ao Estado de Minas Gerais uma economia de até 100 milhões de reais e garantir a permanência, na economia mineira, de recursos em torno de 3 bilhões de reais, favorecendo o desenvolvimento das empresas sediadas no Estado.



O Governador Alberto Pinto Coelho destacou o trabalho do Tribunal de Contas no fomento das políticas públicas

Presidente do IRB faz palestra em Conferência Nacional da Unale

O Presidente do Instituto Rui Barbosa - IRB e Vice-presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Conselheiro Sebastião Helvecio, participou no dia 7 de maio, da XVIII Conferência Nacional da Unale - CNLE, realizada na Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC, em Brasília. O Conselheiro proferiu palestra sobre o tema "Compras governamentais e a importância da micro e pequena empresa", juntamente com o Engenheiro Civil e Gerente de Políticas Públicas da rede nacional de ensino Sebrae, Bruno Quick.

A Conferência Nacional é realizada anualmente pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - Unale. Este ano, o evento contou com a parceria da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para debater os temas "Eleições - desafios e oportunidades e a agenda de investimentos urgentes para o Brasil".



TCEMG e TCE-RO realizam intercâmbio de informações na área de TI

A Diretoria de Tecnologia da Informação (TI) do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), a convite do Presidente e do Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), Conselheiros José Euler Potyguara Pereira de Mello e Edílson de Sousa Silva, respectivamente, participou no dia 21 de maio, na sede do TCE-RO, de um intercâmbio de informações visando o aprimoramento do sistema de controle externo do Brasil.

Participaram do intercâmbio a Diretora de TI do TCEMG, Cristiana Siqueira Veloso, o Supervisor Breno de Assis Soares e o Analista de Sistemas, Douglas Adriano Silva. Eles foram recepcionados no TCE-RO pelo Conselheiro Edílson de Sousa, Coordenador do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cetic), acompanhado do Secretário-Geral de Controle Externo, José Luiz do Nascimento, e do Secretário de Informática, Marcelo Rech.

Durante as reuniões de trabalho realizadas, incluindo uma explanação no Gabinete da Presidência para membros

e servidores do TCE-RO, a comitiva do TCEMG apresentou as soluções tecnológicas utilizadas na Corte de Contas mineira e também conheceu um pouco da estrutura e dos sistemas do Tribunal de Contas de Rondônia.

Entre os programas apresentados pelo TCEMG estão o Fiscap, que auxilia na fiscalização dos atos de pessoal, e o Portal Minas Transparente, que viabiliza aos municípios mineiros o cumprimento da Lei de Acesso à Informação por meio da disponibilização dos dados enviados ao TCE.

Para o Conselheiro Edílson de Sousa, a visita dos técnicos do TCE-MG a Rondônia compõe o esforço nacional empreendido pelos Tribunais de Contas, visando difundir experiências e iniciativas relevantes na área de TI que podem ser aproveitadas. "Essa troca de experiências é muito importante, já que passa pela possibilidade de adoção dessas melhores práticas à viabilização de uma necessidade premente dos Tribunais de Contas, que é a virtualização dos processos", disse.



Comitiva do TCEMG apresentou as soluções tecnológicas utilizadas na Corte de Contas mineira

TCE e IRB assinaram Termo de Cooperação

Foi celebrado, no dia 23/4/2014, um Termo de Cooperação entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG e o Instituto Rui Barbosa – IRB para o estabelecimento de mecanismos que permitam a instalação e funcionamento da sede do IRB nas dependências do TCEMG. O Termo foi assinado pela Presidente do TCEMG, Conselheira Adriene Andrade, e o Presidente do IRB e Vice-Presidente do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio, em encontro realizado no Salão Nobre da Presidência do TCEMG, com a presença de diretores, coordenadores e representantes de gabinetes.

A Presidente Adriene Andrade ressaltou a importância da assinatura do Termo de Cooperação para o TCEMG. “O Instituto Rui Barbosa – IRB é uma extensão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e nos eleva, nos faz crescer. É uma honra muito grande estar sediando o IRB e ter um companheiro com essa capacidade de reconhecimento, eleito para dirigir um Instituto de tão grande importância para os tribunais de contas, para o controle externo do Brasil e do exterior”, finalizou a Conselheira dando a voz ao novo Presidente do IRB.

O Conselheiro iniciou sua fala relembando que, ainda durante a composição das chapas para dirigir a Atricon e o IRB, ele foi indicado pelos colegas do TCEMG, por unanimidade, para se candidatar a Presidente do Instituto. Destacou, também, que, pela primeira vez na história do IRB, todos os 34 Tribunais do Sistema Brasileiro participaram da votação que o elegeram.

Pelo termo, o IRB se compromete a promover ações visando à Cooperação Técnica, por meio da disponibilização dos resultados das pesquisas, publicações e trabalhos técnicos, de vagas para profissionais do TCEMG em eventos promovidos pelo Instituto, como seminários, congressos e conferências, bem como do conhecimento produzido no âmbito dos comitês temáticos. Pretende também apoiar os eventos de capacitação realizados pelo TCEMG visando ao desenvolvimento e aprimoramento das atividades de controle externo e interno.

O Conselheiro enfatizou, ainda, o convite feito à Conselheira Adriene Andrade para ser a representante do Comitê de Comunicação do Instituto Rui Barbosa e encerrou, reafirmando o propósito do Instituto no território brasileiro: “o IRB tem a função de qualificar os membros e servidores dos tribunais”.

O Termo de Cooperação terá duração correspondente ao período do mandato do Conselheiro Sebastião Helvecio na Presidência do IRB, podendo ser alterado mediante acordo prévio entre os órgãos.



A Presidente Adriene Andrade assinou o termo de cooperação técnica entre o Tribunal de Contas e o Instituto Rui Barbosa



O Presidente do IRB e Vice-Presidente do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio, firmou a parceria



CRTCE 
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O TCE

Você informado com qualidade e agilidade.

 **Canais de Atendimento**

Portal CRTCE: www.tce.mg.gov.br/falecomotce

Telefone: (31) 3348-2111

Av. Raja Gabaglia 1.315 – Luxemburgo – Belo Horizonte

Minas Gerais/CEP: 30380-435

 **TCEMG**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Órgão de Controle, Transparência e Cidadania

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG

CEP: 30380-435 - TEL.: (31) 3348-2111



www.tce.mg.gov.br